

LÍNGUA PORTUGUESA

MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA

CARGOS DE DESCONFIANÇA

Há inúmeras causas históricas para explicar a corrupção que volta e meia se descortina no Brasil. Uma delas, e talvez a mais forte dos últimos tempos, é o excessivo número de cargos de confiança de que o governo dispõe para a barganha política. Dependendo do critério, são de 20 mil a 29 mil as vagas para colocar correligionários e apadrinhados políticos na máquina. Ou seja: quase 30 mil situações que levantam o sentimento de desconfiança no cidadão brasileiro.

O Estado brasileiro sempre foi amplamente utilizado para obtenção de apoio político. O governo do Partido dos Trabalhadores, contudo, inovou ao preencher os cargos de confiança. Na era FHC, optava-se por um pacote fechado, oferecendo-se a um partido um ministério ou uma estatal, de cabo a rabo. Já a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva tem outro estilo.

Na ponta da estratégia, é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema. Assim, por exemplo, um desafio relacionado com a miséria será encarado por profissionais recrutados de cinco ou quatro pastas. É o que vários petistas chamam de “transversalidade”.

Na hora de distribuir os cargos de confiança entre seus aliados, o PT adotou um sistema muito parecido com o de gestão. Em vez de entregar todos os cargos disponíveis de uma estatal, por exemplo, a um dos partidos, preferiu lotear seus assentos entre todas as legendas de base aliada. Ou seja, três ou quatro partidos passaram a ter voz ativa nas estatais, autarquias e nos ministérios. Na prática, o risco de pilhagem aumentou.

É preciso acabar com essa farra, que além de facilitar a corrupção contribui para deteriorar a qualidade do serviço público. Ao presenciar protegidos dos políticos assumindo os postos mais importantes da máquina, o funcionário público desestimula-se e não briga pela ascensão profissional. O serviço piora e quem paga o pato é o consumidor. Por isso, há duas providências urgentes a tomar: reduzir o número de cargos de confiança, tornando-os técnicos, e normatizar o uso das vagas políticas, para coibir excessos.

Somente com essas medidas o Brasil terá chances de contar com uma burocracia séria e competente.

ÉPOCA, nº 368, 6 junho 2005

01) A alternativa que melhor justifica o título **CARGOS DE DESCONFIANÇA** é:

(A) O Presidente da República não se sente à vontade para escolher os correligionários para ocupar as 29 mil vagas relativas a cargos de confiança no Brasil e delega essa atividade à sua equipe de governo, o que, às vezes, gera desconfiança de alguns políticos.

(B) Correligionários e apadrinhados não confiam uns nos outros e por isso solicitam ao PT que ambos ocupem essas 29 mil vagas à disposição do governo.

(C) São os ocupantes desses cargos de confiança os que, por desconfiarem de todos, aumentam a corrupção e contribuem para a má qualidade do serviço público.

(D) O povo brasileiro não confia na escolha de correligionários e apadrinhados para ocupar as vagas de cargos de confiança, pois sempre se opta por “pacotes fechados”.

(E) O brasileiro não confia na escolha de pessoas para assumirem os cargos de confiança dos governos, pois não há critérios que normatizem a escolha de pessoal para ocupar esses cargos.

02) O texto resume-se em

(A) apontar o problema da corrupção no Brasil, e mais especificamente, no que tange à ocupação dos cargos de confiança no atual governo.

(B) desmascarar os governos Lula e FHC, pois tanto o PT quanto o PSDB fazem acordos políticos ilícitos.

(C) alertar à população sobre a má qualidade do serviço público.

(D) enumerar as causas da corrupção no Brasil, enfatizando a era FHC.

(E) instigar os trabalhadores das estatais ao uso contínuo da greve, enquanto perdurar o problema da corrupção no Brasil.

03) Qual é a passagem do texto que cita, explicitamente, uma causa histórica da corrupção no Brasil?

(A) “... é o excessivo número de cargos de confiança de que o governo dispõe para a barganha política.”

(B) “O Estado brasileiro sempre foi amplamente utilizado para obtenção de apoio político.”

(C) “Na ponta da estratégia, é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.”

(D) “Na hora de distribuir os cargos de confiança entre seus aliados, o PT adotou um sistema muito parecido com o de gestão.”

(E) “Ao presenciar protegidos dos políticos assumindo os postos mais importantes da máquina, o funcionário público desestimula-se e não briga pela ascensão profissional.

04) No texto apresentado, qual a função de linguagem predominante?

(A) Expressiva

(B) Referencial

(C) Metalingüística

(D) Conativa

(E) Poética

05) Ao deslocarmos o adjunto adverbial **na ponta da estratégia**, presente em “Na ponta da estratégia, é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.” (3º parágrafo), é necessário que alteremos a posição da vírgula. Com base nesta assertiva, a alternativa que **transgride**, segundo a norma culta, o emprego deste sinal de pontuação é:

(A) É comum o Planalto, na ponta da estratégia, formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.

(B) É comum, na ponta da estratégia, o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.

(C) É comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver, na ponta da estratégia determinado problema.

(D) É comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios, na ponta da estratégia, para resolver determinado problema.

(E) É comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema, na ponta da estratégia.

06) Obedecendo à progressão de sentido feita pelo autor, pode-se afirmar que a conclusão do texto consiste em:

(A) Propor soluções a fim de que os problemas que giram em torno dos cargos de confiança termine.

(B) Mostrar que o problema da corrupção no Brasil é antigo e que, em hipótese alguma, terminará.

(C) Desacreditar à população brasileira quanto a possíveis medidas para amenizar ou talvez sanar o problema da corrupção no Brasil.

(D) Solidarizar-se com as medidas tomadas pelo governo do PT, quanto à transparência na ocupação das vagas políticas.

(E) Alertar que a “transversalidade” é o único caminho para a ocupação das vagas nos cargos de confiança.

07) Os vocábulos ou expressões **contudo** (2º parágrafo), **assim** (3º parágrafo), **ou seja** (4º parágrafo) podem ser substituídos, preservando-se suas similaridades semânticas, respectivamente, por:

(A) nem, dessa forma, pois

(B) mas também, pois, conseqüentemente

(C) no entanto, dessa forma, isto é

(D) todavia, em suma, pois

(E) porém, no entanto, isto é

08) Em “... é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios **para resolver determinado problema.**” e “... um desafio relacionado com a miséria será encarado por profissionais **recrutados de cinco ou quatro pastas.**”, as orações em destaque são reduzidas, respectivamente, de infinitivo e participio. Estas orações, transformadas em desenvolvidas, preservando a mesma voz verbal, apresentam-se da seguinte forma:

(A) para que determinado problema seja resolvido./que são recrutados de cinco ou quatro pastas.

(B) para que se resolva determinado problema./que são recrutados de cinco ou quatro pastas.

(C) para que se resolva determinado problema./que seriam recrutados de cinco ou quatro pastas.

(D) que resolveriam determinado problema./para se recrutar de cinco ou quatro pastas.

(E) resolvendo determinado problema./recrutando de cinco ou quatro pastas.

09) O pronome **os**, presente em “Por isso, há duas providências urgentes a tomar: reduzir o número de cargos de confiança, tornando-os técnicos, e normatizar o uso das vagas políticas, para coibir excessos.” (5º parágrafo), é um anafórico que substitui:

(A) técnicos

(B) cargos de confiança

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO

- (C) uso
- (D) vagas políticas
- (E) excessos

10) Quanto à estrutura, organização e conteúdo do texto, analise as afirmações que são feitas nos itens abaixo:

I. Os dois pontos que aparecem em “Ou seja: quase 30 mil situações que levantam o sentimento ...” (1º parágrafo) podem ser substituídos, sem que haja alteração de sentido, por uma vírgula.

II. No período “Dependendo do critério, **são de 20 mil a 29 mil as vagas** para colocar correligionários na máquina.” (1º parágrafo), a oração em destaque apresenta o sujeito deslocado da ordem direta.

III. O texto, por fazer parte de uma revista de circulação nacional, foi escrito, predominantemente, conforme o padrão não-formal do português brasileiro.

IV. O autor optou, prioritariamente, por organizar seu texto em primeira pessoa a fim de que pudesse manifestar sua opinião.

A alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas é:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Leia a seguinte asserção:

“A Administração Pública pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, / vez que a Administração possui poder de autocontrole ou controle interno, o que afasta nesse caso a apreciação judicial”.

Sobre essa afirmação, podemos concluir que

- (A) a primeira parte é verdadeira e a parte sublinhada justifica a primeira.
- (B) a primeira e a segunda parte são verdadeiras, mas a parte sublinhada não justifica a primeira.
- (C) a primeira parte é verdadeira e a parte sublinhada é falsa.
- (D) a primeira parte é falsa e a parte sublinhada é verdadeira.
- (E) a primeira e a segunda parte são falsas.

12) Abaixo está relacionado um conjunto inteiramente integrado por princípios

administrativos – princípios que regulam a Administração Pública, qual seja:

(A) eficiência, motivação, publicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade, segurança jurídica.

(B) moralidade, eficiência, legalidade, impessoalidade, participação popular, publicidade, auto-executoriedade.

(C) legalidade, moralidade, oficialidade, eficiência, publicidade, impessoalidade, formalidade.

(D) impessoalidade, legalidade, publicidade, oficialidade, eficiência, imperatividade, moralidade.

(E) publicidade, impessoalidade, moralidade, verdade sabida, legalidade, formalidade, eficiência.

13) Sobre os princípios administrativos, leia os itens abaixo:

I – princípio da Administração Pública que fornece o fundamento para o poder de polícia

II – princípio informativo em função do qual pode o inferior substituir o superior, na sua ausência

Em que alternativa a resposta aos itens acima está contida?

- (A) Imperatividade, hierarquia.
- (B) Imperatividade, poder-dever.
- (C) Supremacia do interesse público, hierarquia.
- (D) Supremacia do interesse público, continuidade do serviço público.
- (E) Nenhuma das opções acima.

14) Cidadão, por imperícia, colide com uma máquina pertencente ao Estado, que realiza obras públicas. O cidadão ingressa em juízo, pretendendo a reparação civil, alegando a responsabilidade objetiva do Estado. Na perspectiva do Estado, qual o argumento jurídico que pode ser apresentado em juízo para excluir a responsabilidade?

- (A) A atenuante de responsabilidade.
- (B) A culpa exclusiva da vítima.
- (C) A culpa concorrente da vítima.
- (D) A culpa da vítima.
- (E) O caso fortuito.

15) Em função da inexecução do contrato, a Administração Pública aplica à empresa contratada cumulativamente as penas de multa e suspensão temporária de participação em licitação, pelo prazo de dois anos. Inconformada, a contratada recorreu no prazo da intimação do ato.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO

O recurso foi dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela autoridade que aplicou a pena. A autoridade inferior não reconsiderou as penalidades, e encaminhou o recurso à autoridade superior. Nessa situação, qual o prazo da contratada para recorrer e o da autoridade inferior para reconsiderar ou fazer subir o recurso?

- (A) 10 e 15, respectivamente.
- (B) 10 e 10, respectivamente.
- (C) 5 e 5, respectivamente.
- (D) 15 e 20, respectivamente.
- (E) 15 e 15, respectivamente.

16) Relativamente a mandado de segurança impetrado contra ato de diretor de pessoa jurídica de direito público, a legitimidade passiva para prestar informação e para recorrer pertence:

- (A) à autoridade coatora, tão só.
- (B) à pessoa jurídica pública, tão só.
- (C) à autoridade superior à autoridade questionada.
- (D) à autoridade coatora e à pessoa jurídica pública, respectivamente.
- (E) à pessoa jurídica pública e à autoridade coatora, respectivamente.

17) Salvo os casos expressos no Código Civil, os direitos reais sobre imóveis constituídos só se adquirem:

- (A) com a transmissão.
- (B) com a promessa de compra e venda.
- (C) com o registro no cartório competente.
- (D) com a tradição ou com a entrega da coisa.
- (E) com a assinatura do contrato pelo comprador, pelo vendedor e por duas testemunhas.

18) A pessoa abaixo tem domicílio necessário, **exceto**:

- (A) o incapaz.
- (B) a pessoa que exercita a profissão em lugares diferentes.
- (C) o marítimo.
- (D) o preso.
- (E) o funcionário público.

19) O direito civil brasileiro não considera como bem imóvel:

- (A) as energias que tenham valor econômico.
- (B) o solo.
- (C) o direito à sucessão aberta.
- (D) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

(E) as edificações, e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

20) Cláudio Ximenes convencionou com Maria Quirino a constituição de hipoteca sobre imóvel do primeiro. Segundo cláusula da convenção, o imóvel não pode ser vendido enquanto não for resolvido o crédito hipotecário a favor de Maria Quirino. Ainda assim, Cláudio Ximenes vende o imóvel. Nesse caso, a atitude de Cláudio está:

- (A) errada, podendo a credora hipotecária se imitar na posse do imóvel, como garantia de seu crédito.
- (B) errada, sendo o contrato de compra e venda nulo de pleno direito.
- (C) certa, pois o contrato de compra e venda é anulável mas não é nulo.
- (D) certa, pois a cláusula da convenção hipotecária é anulável.
- (E) certa, pois a cláusula da convenção hipotecária é nula.

21) Quanto à sua invalidade, o negócio jurídico pode ser nulo ou anulável. Veja os itens:

- I. for impossível ou indeterminável o seu objeto
 - II. não revestir a forma prescrita em lei
 - III. for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade
 - IV. por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores
- Nas situações descritas acima, o negócio jurídico será classificado, respectivamente, como:
- (A) nulo, nulo, nulo, anulável
 - (B) anulável, nulo, nulo, nulo
 - (C) anulável, anulável, anulável, nulo
 - (D) anulável, nulo, anulável, nulo
 - (E) nulo, nulo, anulável, anulável

22) Configura-se como ato ilícito, no âmbito civil:

- (A) ato praticado em legítima defesa.
- (B) a destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente.
- (C) ato praticado no exercício regular de um direito reconhecido.
- (D) a lesão à pessoa, a fim de evitar perigo iminente.
- (E) ato de imprudência que viola direito e causa dano a outrem.

23) Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, **exceto**:

- (A) ato de indisciplina ou de insubordinação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO

- (B) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador.
(C) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa.
(D) morte do empregado.
(E) prática constante de jogos de azar.

24) As normas de proteção ao trabalho contidas na Constituição Federal de 1988, inserem-se, no sentido concebido pelo constitucionalismo clássico, no conceito de:

- (A) constituição socialista.
(B) constituição material.
(C) constituição formal.
(D) constituição material e formal.
(E) constituição econômica.

25) Empresa e sindicato da categoria profissional negociaram entre si acordo coletivo de trabalho que, entre outras cláusulas, estabelece remuneração do serviço extraordinário superior em cem por cento a do normal. O Sindicato Patronal pretende impugnar o acordo, apresentando, entre diversos outros argumentos jurídicos, o artigo 7º, XVI, da Constituição Federal, que se refere à remuneração do serviço extraordinário em cinquenta por cento superior a do normal. Neste aparente conflito entre as fontes formais do direito do trabalho (constituição versus acordo coletivo), a solução será:

- (A) a Constituição Federal predomina sobre o acordo coletivo.
(B) o acordo coletivo predomina sobre a Constituição.
(C) não há como predominar o acordo coletivo, vez que será impugnado pelo Sindicato Patronal.
(D) a solução deverá ser encontrada nas convenções internacionais, na equidade e nos princípios gerais do direito, a fim de harmonizar as duas fontes.
(E) o conflito será solucionado através de sentença normativa quanto à legalidade do acordo, e, através de acórdão do STF, quanto à sua constitucionalidade.

26) Convenção coletiva firmada entre a categoria econômica e a categoria profissional fixa, cláusula que reduz o salário dos trabalhadores. À luz da Constituição, que, em princípio, prescreve a irredutibilidade do salário, estamos autorizados a dizer que
(A) a constituição predomina em qualquer situação.

(B) a constituição predomina, desde que a cláusula convencional tenha a vigência para período superior a seis meses.

(C) a convenção coletiva predomina, desde que a cláusula convencional tenha a vigência para período não superior a seis meses.

(D) no caso em análise, a convenção predomina, mesmo por que não contraria a constituição.

(E) o judiciário deverá ser acionado para resolver o conflito em questão.

27) A Carteira de Trabalho é, segundo Evaristo de Moraes Filho, “Documento obrigatório e, por isso mesmo, principal do contrato de trabalho”. As anotações consignadas na Carteira de Trabalho, pelo empregador, geram:

(A) presunção *iuris tantum*.

(B) presunção *iuris et de iure*, podendo ser elidida com provas robustas.

(C) presunção *iuris et de iure*, e não pode ser elidida.

(D) presunção da oficialidade, praticamente impossível de ser elidida.

(E) todas as opções acima estão erradas.

28) Assinale um dos conjuntos que melhor descreve elementos que integram a definição de contrato de trabalho:

(A) ato jurídico bilateral, pessoa natural (empregado e empregador), continuidade, proveito do produto do trabalho, subordinação jurídica, salário.

(B) ato jurídico bilateral, pessoa natural (empregado), prestação de serviços, continuidade, subordinação, salário.

(C) ato jurídico de adesão, pessoa natural (empregado), pessoa natural ou jurídica (empregador), proveito do produto do trabalho, continuidade, subordinação técnica.

(D) ato jurídico bilateral, pessoa natural ou jurídica (empregado ou empregador), proveito do produto do trabalho, prestação de serviços, permanência, subordinação.

(E) ato jurídico de adesão, pessoa natural (empregado ou empregador), prestação de serviços, continuidade, subordinação jurídica, salário.

29) São sujeitos passivos na execução, **exceto**:

(A) o cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO

(B) o novo devedor que assumiu com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo.

(C) o fiador judicial.

(D) o devedor, reconhecido como tal no título executivo.

(E) o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor.

30) Das decisões interlocutórias caberá recurso, no prazo:

(A) agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.

(B) agravo de instrumento, no prazo de 15 dias.

(C) agravo de instrumento e agravo retido, ambos no prazo de 10 dias.

(D) agravo de instrumento e agravo retido, ambos no prazo de 15 dias.

(E) o prazo comum é sempre de 5 dias.

31) Somente através da exceção, as partes poderão argüir:

(A) o impedimento, a suspeição.

(B) apenas o impedimento deve usar como instrumento a exceção.

(C) o impedimento, a suspeição e a incompetência.

(D) o impedimento, a suspeição e a incompetência relativa.

(E) todas as opções acima estão incorretas.

32) Levando em consideração a classificação dos atos decisórios do juiz, contida no Código de Processo Civil – CPC, art. 162, e seus parágrafos, observe os itens abaixo:

I. Juntada de mandado cumprido

II. Ato que recebe a contestação

III. Ato de intimação dos peritos e testemunhas

IV. Ato ordinatório de vista obrigatória

Dos atos acima, independem de despacho ou decisão do juiz, devendo ser praticados, de ofício, pelo servidor:

(A) todas as situações acima.

(B) item I apenas.

(C) item II e III.

(D) item III e IV.

(E) item I e IV.

33) Abaixo está delineada a definição de seqüestro:

(A) Apreensão judicial, que incide sobre quaisquer bens do devedor.

(B) Apreensão judicial de um bem determinado, objeto da lide.

(C) Aquele a quem a coisa litigiosa é entregue.

(D) Bens e coisas requeridas pelas partes em litúgio.

(E) Indica necessariamente a existência de débito, obrigação.

34) Relativamente à coisa julgada, consideremos:

I. A eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

II. Incide sobre o mérito da causa.

III. Relaciona-se ao julgamento da lide.

IV. Pode até anular o processo ou decretar a sua extinção, mas não cogita da procedência ou improcedência da ação.

Sobre as asserções acima, assinale:

(A) Apenas o item I diz respeito à coisa julgada material.

(B) Apenas os itens II e III relacionam-se à coisa julgada formal.

(C) Apenas o item III diz respeito à coisa julgada material.

(D) Apenas o item IV refere-se à coisa julgada formal.

(E) Todos os itens referem-se à coisa julgada formal.

35) Sobre a ação de prestação de contas, observe as proposições abaixo:

I. Só tem legitimidade ativa quem tem o direito de exigí-las.

II. É um procedimento especial de jurisdição contenciosa.

III. O réu terá o prazo de cinco dias para contestar a ação.

IV. Não há audiência para a instrução e julgamento nesse tipo de procedimento.

Podemos considerar, com relação as proposições acima:

(A) o item I é o único verdadeiro.

(B) o item I e IV são verdadeiros.

(C) o item II e III são verdadeiros.

(D) o item II é o único verdadeiro.

(E) o item IV é o único verdadeiro.

36) Sobre o mandado de segurança, considere:

(A) será concedida liminar ainda que caiba recurso de qualquer natureza.

(B) da decisão que indeferir a inicial cabe agravo.

(C) a autoridade coatora tem o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para prestar informações.

(D) segundo a Constituição Federal, quando coletivo, podem impetrá-lo partido político com representação no Congresso Nacional e qualquer

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO

organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída.

(E) não cabe a sua impetração, quando o direito em questão for amparado por hábeas corpus ou hábeas data.

37) Quanto à estabilidade, como podemos classificar a Constituição Federal brasileira?

(A) Semi-rígida.

(B) Popular.

(C) Outorgada.

(D) Rígida.

(E) Dogmática.

38) Em matéria de competência, leia as proposições:

I. Questões específicas de direito civil, águas, energia, sistema de medidas podem ser objeto de legislação dos Estados, desde que sejam autorizados, através de Lei Complementar, de caráter federal.

II. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a editar normas gerais.

III. Na competência comum, todos os entes político-administrativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a comungam em pé de igualdade, e a cooperação entre esses entes deve ser estabelecida através de Lei Complementar.

IV. A Constituição brasileira exclui o Município da competência de legislar concorrentemente.

É correto afirmar que:

(A) os itens I e III são verdadeiros.

(B) os itens II e III são verdadeiros.

(C) os itens II e IV são verdadeiros.

(D) apenas o item III é verdadeiro.

(E) todos os itens são verdadeiros.

39) A teoria da recepção nos autoriza a afirmar:

(A) A Constituição nova recepciona o ordenamento jurídico anterior, em toda sua estrutura piramidal, desde regulamentos, decretos, leis, até a Constituição anterior e suas Emendas, no que não for incompatível com a nova.

(B) Quando uma nova Constituição entra em vigor, em princípio, ela aceita os preceitos da ordem anterior, desde que não haja conflito entre ambos.

(C) Normas do ordenamento anterior que sejam declaradas inconstitucionais devem permanecer em suspenso, pois sua retirada do ordenamento novo contrariaria a teoria da recepção.

(D) Normas do ordenamento jurídico anterior, que sejam manifestamente inconstitucionais em face da Constituição nova, pode ser, de plano, rejeitadas pelos poderes constituídos e órgãos do Estado, sem necessidade de declaração judicial nesse sentido.

(E) Todas as alternativas acima estão erradas.

40) “Aos Estados-membros são reservadas as competências administrativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal”. Essa definição refere-se A que modalidade de competência essa definição se refere?

(A) Competência remanescente.

(B) Competência suplementar.

(C) Competência reservada.

(D) Competência deslocada.

(E) Todas as opções estão incorretas.